

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Virgínia Barbosa de Souza do Vale

**Medidas de concentração e especialização: uma análise da evolução do emprego  
setorial na Amazônia Ocidental Brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso

MANAUS  
2021

Virgínia Barbosa de Souza do Vale

**Medidas de concentração e especialização: uma análise da evolução do emprego setorial na Amazônia Ocidental Brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Antônio Gelson de Oliveira Nascimento

MANAUS

2021

## Resumo

O presente estudo discorre a respeito do emprego de mão de obra distribuída setorialmente nos estados componentes da Amazônia Ocidental Brasileira, sendo estes: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Dado o progresso em torno dos debates sobre o pensamento regional e seus respectivos impactos, tanto individuais quanto coletivamente, e posto que a região amazônica é uma importante área de destaque para o desenvolvimento do norte brasileiro, surge o questionamento: quais as atividades econômicas mais importantes sob a ótica do emprego para a Amazônia Ocidental Brasileira? A pesquisa objetiva realizar uma análise da dinâmica produtiva da região em questão, a partir do acompanhamento do emprego setorial. Através da investigação da alocação de mão de obra, bem como da análise de representação de cada um dos setores. Utilizando-se de dados retirados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), o período compreendido foi do ano de 1990 a 2019, o qual foi dividido em quatro médias trianuais afim de atenuar as oscilações ao longo do período. Verificando através de 8 setores, por UF, a medida escolhida para mensuração da especialização setorial foi o Quociente Locacional. Através dessa medida, foi possível verificar o comportamento e especialização setorial em cada uma das regiões, assim viabilizando aferir qual o setor (ou setores) de maior relevância nos respectivos estados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Amazônia Ocidental; Medidas de Especialização; Quociente Locacional

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução . . . . .</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>Aspectos metodológicos . . . . .</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa . . . . .</b>	<b>6</b>
<b>2.2</b>	<b>Fonte de dados . . . . .</b>	<b>6</b>
<b>2.3</b>	<b>Organização dos dados . . . . .</b>	<b>6</b>
<b>2.4</b>	<b>Procedimentos metodológicos . . . . .</b>	<b>7</b>
<b>2.5</b>	<b>Inferências acerca do Quociente Locacional . . . . .</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>Discussão teórica . . . . .</b>	<b>9</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização geográfica da Amazônia Ocidental . . . . .</b>	<b>9</b>
<b>3.2</b>	<b>A constituição socioeconômica da Amazônia Brasileira . . . . .</b>	<b>10</b>
<b>3.3</b>	<b>Crescimento demográfico, econômico e concentração urbana . . . . .</b>	<b>11</b>
<b>3.4</b>	<b>O marco legal da Amazônia Ocidental como promotora de desenvolvimento regional . . . . .</b>	<b>12</b>
<b>3.5</b>	<b>A conduta adotada para o desenvolvimento regional brasileiro . . . . .</b>	<b>13</b>
<b>3.6</b>	<b>Breves reflexões sobre o regionalismo brasileiro excludente . . . . .</b>	<b>13</b>
<b>3.7</b>	<b>As abordagens acerca do estudo locacional . . . . .</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>Resultados . . . . .</b>	<b>17</b>
<b>4.1</b>	<b>Especialização produtiva dos estados da Amazônia Ocidental Brasileira . . . . .</b>	<b>17</b>
<b>4.2</b>	<b>Discussão dos resultados . . . . .</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>Conclusão . . . . .</b>	<b>23</b>
	<b>Referências . . . . .</b>	<b>24</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>25</b>

## 1 Introdução

Ao longo de décadas os estudos sobre economia regional sofreram profundas transformações. No Brasil, os estudos ganharam força a partir da década de 1950, com o advento da economia planificada. Uma tentativa de compreender e equacionar os desequilíbrios regionais persistentes. Com isso, houve uma evolução do pensamento regional que culminou com a ampliação das discussões sobre diversos aspectos regionais e urbanos, e seus respectivos impactos na economia, ora no nível individual, focado em unidades isoladas, ou coletivamente, em que o debate se estende para o nível regional, na tentativa de compreensão das disparidades persistentes, sobretudo na Região Norte e Nordeste do Brasil.

Em se tratando de Região Norte, a primeira tentativa de incorporação da Amazônia à economia, pós decadência da borracha, ocorreu com um dispositivo (Lei 1.806 de 06/01/1953) que criou a Amazônia Legal e a SPVEA como forma de melhor planejar as ações de desenvolvimento econômico dessa região, até então, bastante deprimida. Posteriormente, novas legislações foram instituídas como tentativa de criar melhores estratégias de planejamento para essa região, dentre elas, a publicação do Decreto-Lei 291 de 28/02/1967 (BRASIL, 1967). O qual estabeleceu a criação a Amazônia Ocidental e em 1968 (356 de 15/08/1968) com o estabelecimento definitivo de sua área de abrangência pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Neste estudo, coloca-se em evidência a região da Amazônia Ocidental. Trata-se de uma região estratégica composta por uma vasta fronteira seca, conformada por 5 países da América do Sul (Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia). Ela representa 2,18 milhões de Km<sup>2</sup> o que corresponde a cerca de 25% do território nacional, onde reside uma população de aproximadamente 7.529.825 habitantes distribuídos em seus 4 estados (IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020)

O principal objetivo deste estudo foi de analisar a dinâmica locacional das atividades produtivas da Amazônia Ocidental Brasileira, a partir da evolução do emprego setorial, observada em seus estados nos anos de 1990 a 2019. Por meio do levantamento do estoque de empregos formais de cada um dos estados que compõem essa macrorregião, buscou-se identificar a evolução dos empregos por setores da economia local no período em análise.

Em seguida, analisou-se o grau de representatividade de cada setor na economia regional, mensurando e identificando a participação percentual do emprego setorial na região. Por fim, por meio da análise do Quociente Locacional, ainda foi possível identificar o processo de aglomeração da atividade produtiva entre os estados integrantes da Amazônia Ocidental Brasileira, de modo a identificar o nível de especialização e diversificação de determinados setores produtivos da região.

Trata-se de um tema de grande relevância para se pensar a economia local, tendo

em vista que muitos estudos discutem a economia amazônica em diversos aspectos, porém, muito pouco se tem discutido sobre o emprego setorial e sua importância para o desenvolvimento da economia regional da Amazônia Ocidental Brasileira.

Nessa perspectiva, inicialmente, sobressai a necessidade de compreensão do conceito de região e sua relação complexa no campo do desenvolvimento econômico. Para Breitbach (1988) a compreensão deste conceito é o ponto de partida para uma imersão em assuntos que dizem respeito a espacialidade econômica. Principalmente no que tange à Amazônia Ocidental, há uma clara necessidade de compreensão de que esse conceito não pode ficar circunscrito a um mero conceito de espaço geográfico com seus determinismos darwinianos, mas deve ir ao encontro de uma reflexão sobre um espaço social, econômico e político, englobando aspectos demográficos, produtivos, financeiros e fiscais de lutas históricas por uma autonomia federativa.

Devido a isso, as chamadas medidas de especialização e localização tornaram-se cada vez mais frequentes nos estudos realizados. Dois importantes conceitos são amplamente debatidos nestes cenários: medidas de concentração e medidas de especialização. Estas medidas podem amparar ou descartar as hipóteses relacionadas ao estudo espacial, se tornando verdadeiros alicerces para a identificação das particularidades regionais.

Frequentemente utilizados para mensurar e observar a distribuição das atividades econômicas nestas regiões, consideram a mão de obra empregada nos diferentes setores ou regiões, e permitem calcular indicadores de confiança. O indicador escolhido para esta pesquisa foi o Quociente Locacional, o qual permite verificar o comportamento das atividades produtivas e apontar quais os setores potenciais nas regiões de estudo.

Considerando a importância do emprego na sociedade, onde o mesmo possui reflexos e impactos tanto a nível individual quanto a níveis institucionais, este estudo se propõe a responder a seguinte questão: com foco no emprego, quais setores foram mais importantes para o crescimento da atividade econômica na Amazônia Ocidental Brasileira, entre o período de 1991 a 2019? Outras questões importantes ajudarão na compreensão deste estudo, entre elas: qual setor de atividade econômica é mais representativo em cada estado da Amazônia Ocidental Brasileira? Quais setores foram responsáveis pela maior participação do emprego nessa região? E em cada um dos estados que compõem essa região?

A estrutura deste trabalho foi distribuída da seguinte forma: na seção 1 se caracterizará a introdução, apresentando a temática locacional e seus aspectos. Na seção 2 será realizada a descrição do método utilizado nesta pesquisa, bem como a fonte de dados e período observados. A partir da seção 3 é realizada a discussão teórica, com foco nas abordagens acerca do estudo regional, bem como reflexões acerca do território analisado. Por fim, na seção 4 expõe-se e discutem-se os resultados encontrados nos estudos acerca do emprego, sua distribuição e concentração na Amazônia Ocidental, concluindo-se na seção 5 com os comentários finais.

## 2 Aspectos metodológicos

### 2.1 Caracterização da pesquisa

Metodologicamente, este estudo, trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza aplicada. Quanto aos objetivos ela é descritiva e, quanto aos procedimentos, é bibliográfica.

### 2.2 Fonte de dados

Para a construção dos indicadores em análise, neste estudo foram utilizados dados de empregos provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), mantidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (ME), do período de 1990 a 2019. Foram selecionados os dados de empregos formais classificados por setores para cada um dos estados brasileiros que compõem a Amazônia Ocidental.

### 2.3 Organização dos dados

Ao definir o período analisado, o estudo adotou uma série histórica de 1990 a 2019, a fim de verificar as variações ocorridas ao decurso de 30 anos. Diante da necessidade de corrigir possíveis flutuações aleatórias no volume de emprego setorial observado anualmente em cada região, procurou-se adotar a média trianual para quatro períodos (1990, 1991 e 1992; 1999, 2000 e 2001; 2009, 2010 e 2011; 2017, 2018 e 2019), considerando o ano médio de cada período como o ano de referência, como forma de relativizar, inclusive, os períodos de instabilidade econômica experimentado nos respectivos estados (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) que compõem a Amazônia Ocidental.

Para procedimentos de cálculos, inicialmente, os dados de emprego foram organizados numa matriz, onde nas linhas foram distribuídos os empregos setoriais (i) e nas colunas os empregos regionais (j), para cada período observado. Desse modo, os dados foram estruturados em uma Matriz de dados, como observados na figura 1.

**Figura 1 – Matriz de dados, conforme setor e região**

ESTRUTURA DE DADOS						
Setor	Região 1	Região 2	Região 3	...	(j)	TOTAL
Setor 1	E <sub>11</sub>	E <sub>12</sub>	E <sub>13</sub>			ES <sub>1</sub>
Setor 2	E <sub>21</sub>	E <sub>22</sub>	E <sub>23</sub>			ES <sub>2</sub>
Setor 3	E <sub>31</sub>	E <sub>23</sub>				
...	...	...	...	...		
(i)						
TOTAL	ER <sub>1</sub>	ER <sub>2</sub>				E

Como esse estudo considera o emprego setorial é importante destacar que foram 8 setores considerados, organizados conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Setores e subsetores integrantes da composição de mão de obra brasileira

Setor/Subsetor
<b>1. Extrativa Mineral</b>
<b>2. Indústria de Transformação</b>
2.1 Indústria de Produtos Minerais não Metálicos
2.2 Indústria Metalúrgica
2.3 Indústria Mecânica
2.4 Indústria do Material Elétrico e de Comunicações
2.5 Indústria do Material de Transporte
2.6 Indústria da Madeira e do Mobiliário
2.7 Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica
2.8 Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas
2.9 Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria
2.10 Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos
2.11 Indústria de Calçados
2.12 Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico
<b>3. Serviços Industriais de Utilidade Pública</b>
<b>4. Construção Civil</b>
<b>5. Comércio</b>
5.1 Varejista
5.2 Atacadista
<b>6. Serviços</b>
6.1 Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização
6.2 Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...
6.3 Transportes e Comunicações
6.4 Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, ...
6.5 Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários
6.6 Ensino
<b>7. Administração Pública</b>
<b>8. Agropecuária</b>
8.1 Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal

Fonte: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPT/ME

Assim,  $E_{11}$  corresponde ao número de empregos observados no setor 1 da região 1, ao passo que  $E_{22}$  é o número de emprego observado no setor 2 na região 2. Em seguida, para facilitar a compreensão, a notação para um dado setor será  $i$ , ao passo que para uma região qualquer será  $j$ .

Desse modo, a partir da estrutura observada, o total de emprego na região ( $j$ ) é dado por  $ER_j = \sum_i E_{i,j}$ , ao passo que o total de emprego do respectivo setor de atividade é  $ES_i = \sum_j E_{i,j}$ . Por fim, o total de emprego é dado por  $E = \sum ER_j = \sum ES_i$ .

## 2.4 Procedimentos metodológicos

Para efeito de cálculo do Quociente Locacional (QL) foram considerados os cálculos preliminares de um conjunto de indicadores como construto de QL.

A participação no setor  $i$ , região  $j$  (UF), sobre o total do emprego no setor  $i$  é dada por  $R_{i,j} = \frac{E_{i,j}}{ES_i}$ , de modo que  $\sum_j R_{i,j} = 1$ , implica afirmar que a soma da participação relativa do setor  $i$  em toda a macrorregião ( $\sum_j$ =somatório em  $j$ ) resulta em 100% do emprego daquele setor.

A participação do emprego de uma região  $j$  qualquer no total de emprego da macrorregião (Amazônia Ocidental) é  $R_j = \frac{ER_j}{E}$ , de modo que  $\sum_j R_j = 1$ , implica afirmar que a soma das participações relativas de todas as regiões (somatório em  $j$ ) resulta em 100% do emprego da macrorregião.

A participação relativa do setor  $i$ , no total de emprego de uma região  $j$  (UF) é dado por  $S_{i,j} = \frac{E_{i,j}}{ER_j}$ , ao passo que  $\sum_i S_{i,j} = 1$ , nos permite afirmar que a soma da participação relativa de cada setor (somatório em  $i$ ) para uma dada região é 100% do emprego daquela região.

Já a participação do emprego de um setor  $i$  no emprego total da região em estudo (Amazônia Ocidental) é  $S_i = \frac{ES_i}{E}$ , em que  $\sum_i S_i = 1$ , é a soma das participações relativas de todos os setores (somatório em  $i$ ), resultante de 100% do emprego do estado.

Com base nesses indicadores foi possível calcular o Quociente Locacional (QL), considerando, então que  $R_{i,j} = \frac{E_{i,j}}{ES_i}$  e  $R_j = \frac{ER_j}{E}$  então QL será dado por:

$$QL_{i,j} = \frac{R_{i,j}}{R_j} = \frac{S_{i,j}}{S_i} \text{ (Eq. 01)}$$

O QL compara a participação percentual das pessoas ocupadas, de uma região  $j$  com a participação percentual da região de referência. Ele informa quantas vezes o setor  $i$  é mais (ou menos) importante, ou especializado, para a região  $j$  vis-à-vis a macrorregião de referência.

Se  $QL > 1$ , tem-se demonstrada a importância da região  $j$  no contexto macrorregional, em relação ao setor estudado. Nesse caso, podemos considerar o setor em estudo especializado. Assim, podemos dizer que a região  $j$  detém proporcionalmente mais empregos no setor  $i$ , quando comparado com sua importância para emprego no estado como um todo. Isto é, a região  $j$  tem um proporção do emprego estadual no setor  $i$  que é maior que sua proporção no emprego total da macrorregião. Se  $QL < 1$ , tem-se baixa importância. Nesse caso, pode-se afirmar que o setor é não-especializado.

## 2.5 Inferências acerca do Quociente Locacional

Uma das principais variáveis utilizadas no estudo locacional é o estoque de mão de obra empregada distribuída setorialmente. Essa variável afeta elementos a distribuição geral de renda, a demanda e o consumo, o que conseqüentemente gera reflexos em toda a atividade regional. Através dela é possível calcular o Quociente Locacional, sendo um índice chave para expor o comportamento de uma região através das atividades produtivas, apresentando quais os setores de maior especialização daquela região de estudo, quando comparados a uma região de referência.

O QL permite verificar quais as atividades potenciais desta região, promovendo a atuação de políticas e incentivos para, não somente incrementar o desenvolvimento do setor, como também verificar quais setores possuem dificuldade em progredir, oportunizando assim a criação de projetos que findem o desenvolvimento de tais atividades.

### 3 Discussão teórica

#### 3.1 Caracterização geográfica da Amazônia Ocidental

A Amazônia Ocidental Brasileira está localizada na Região Norte do Brasil. Atualmente é composta por 4 estados brasileiros (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), que juntos compõem uma área de, aproximadamente, 2.184.701,762Km<sup>2</sup>. Esses estados fazem limites territoriais com a fronteira internacional de 5 países integrantes da América do Sul, seja ao Norte com Guiana e Venezuela, ao Noroeste com a Colômbia e ao Oeste com o Peru e Bolívia.

**Figura 2 – Mapa da Região Amazônica, segundo os estados brasileiros da Amazônia Ocidental e limites territoriais de fronteira internacional**



Fonte dos dados básicos: Base cartográfica do IBGE. Adaptado de Nascimento et al, 2017.

Como forma de regulamentar as relações socioeconômicas nesses limites territoriais foram estabelecidos tratados internacionais. A fronteira do Brasil com a Colômbia é demarcada e delimitada por vários acordos internacionais. Essa linha de fronteira compreende totalmente, do lado brasileiro, o Estado do Amazonas.

Se por um lado esses acordos internacionais, tão necessários para o desenvolvimento econômico regional, garantem às embarcações brasileiras, peruanas e colombianas livre trânsito por toda a Bacia Amazônica, por outro lado, eles criam a necessidade de implementação de normas gerais de controle, o que nem sempre é permitido, dada a imensidão desse território extremamente diversificado, com baixa densidade populacional e que, ainda hoje, guarda estreita relação com as raízes históricas, sociais e econômicas do processo de formação e ocupação dos povos dessa região.

### 3.2 A constituição socioeconômica da Amazônia Brasileira

Construída sobre uma base predominantemente escravagista, carregada de confrontos e embates, a constituição da sociedade e economia da região amazônica por muito tempo foi relatada através da ótica colonizadora nas literaturas, com pouco ou quase nenhum foco nas relações repletas de conflitos e supressão indígena e africana.

A gênese socioeconômica dessa região possui seu eixo voltado ao setor primário, marcado principalmente por uma economia agropecuária. Conforme Castro e Campos (2015) citam, a região que hoje representa a Amazônia Legal, teve sua constituição através do progresso de uma economia agropecuária e extrativista, com foco em produtos como cana-de-açúcar, gado e a marcante economia do cacau.

Com o tempo, a economia da região amazônica foi sendo lapidada e tendo grande destaque para a produção de borracha. Seu sucesso pode ser atribuído à concepção de que este mercado especificamente estava bem aquecido. Acompanhando a Revolução Industrial, o mercado de automotores se mostrava cada vez mais pujante naquele momento. Dessa forma, a Amazônia possuía uma forte base exportadora e especializada na produção de borracha, sendo uma indústria impulsionadora para a economia de todos os estados que compunham a região.

Esse mercado levou muitos nordestinos a migrarem para o Norte do Brasil, trazendo milhares de pessoas à região. Embora houvessem alguns conflitos com os povos indígenas que já habitavam no território, esse grande fluxo migratório representou uma positiva força para a produção de látex para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Toda essa conjuntura contribuiu para que os estados que compõem a Amazônia se tornassem regiões socialmente diversificadas, as quais possuem uma variada gama de etnias, com uma matriz portuguesa, indígena, africana, e muitas outras. Esse histórico contribuiu para que o território notoriamente seja destacado por possuir sua base em diferentes culturas e povos que ali se estabeleceram. Lastimosamente, é uma sociedade marcada também pela desigualdade regional, educacional e financeira.

A trajetória econômica da Amazônia permitiu com que atualmente a região seja identificada como uma região de diversificação de atividades econômicas - embora haja alguma concentração setorial em algumas regiões. Além de positivamente possuir uma boa relação comercial externa em commodities. Apesar de haver uma grande concentração de investimentos e pautas voltadas a outras regiões brasileiras, a economia amazônica têm se mostrado resiliente e promissora ao passar das décadas.

### 3.3 Crescimento demográfico, econômico e concentração urbana

Foi a partir de 1950, quando teve início a fase de planejamento da economia regional, que novas configurações sociais, econômicas e demográficas vão se estabelecer na Região Amazônica. A criação de mecanismos institucionais voltados para valorização da Amazônia, como a criação da SPVEA, SUDAM e SUFRAMA foram decisivas para afastar definitivamente o receio de um outro longo período de letargia econômica da região como aquele herdado do pós-decadência da borracha.

É também a partir dessa década, mais precisamente da década seguinte, em 1960, que se pode observar as mudanças demográficas e a adoção de novos comportamentos adotados pela população residente que vão moldando uma nova sociedade com novos hábitos de consumo e de trabalho, como o que se vai verificar após a implantação da Zona Franca de Manaus, no estado do Amazonas.

São marcantes as mudanças observadas no padrão demográfico a partir dos avanços experimentados na economia dessa Região Norte, e sobretudo da Amazônia Ocidental, objeto desse estudo. Em 20 anos, de 1950 para 1970 a população dessa região cresceu 96%, a taxas médias anuais de 3% e praticamente duplicou de tamanho, saltando de cerca de 684 mil habitantes para 1,3 milhões de habitantes, conforme verificado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Distribuição Populacional e Taxa Média de Crescimento Anual, segundo o ano censitário, Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Região Norte, Brasil - 1950 – 2020**

Ano	Amazônia Ocidental (AMOC)		Amazônia Oriental (AMOR)		Região Norte (RN)		Composição da População da Amoc na RN (%)
	População	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)	População	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)	População	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)	
1950	683,905		1,384,791		2048696		33.38
		3.68		3.62		3.64	
1960	981,695		1,948,310		2930005		33.50
		3.14		3.88		3.64	
1970	1,337,198		2,851,115		4188313		31.93
		5.76		4.50		4.91	
1980	2,341,171		4,426,078		6767249		34.60
		4.67		3.40		4.25	
1991	3,866,890		6,390,376		10257266		37.70
		3.06		2.27		2.31	
2000	5,072,255		7,821,306		12893561		39.34
		2.08		2.11		2.10	
2010	6,230,432		9,634,022		15864454		39.27
		1.91		1.47		1.64	
2020	7,529,825		11,142,766		18672591		40.33

Fonte dos dados básicos: IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Em 2010, dos 6.230.432 residentes nessa região ocidental da Amazônia, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), cerca de 77% da população era de residentes da área urbana, ao passo que apenas 23% morava na área rural dessa região. Todo esse incremento

populacional, em meio a prosperidade econômica resultante da atividade industrial, produziu efeitos aglomerativos nas áreas urbanas. Se em 1960 o contingente populacional residente em área rural da Amazônia Ocidental era de cerca de 68%, em 1980, passa a 45% e em 2000 é cerca de 29% até que em 2010 esse contingente chega a cerca de 23% conforme os dados do Censos Demográficos do IBGE (Tabela 2).

**Tabela 2 – População residente, segundo o ano censitário, Unidades da Federação e a situação do domicílio (R-Rural e U-Urbano) - Amazônia Ocidental (AMOC), Região Norte, Brasil, 1960/2010**

Grandes Regiões/UF	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
BRASIL	45.08	54.92	55.98	44.02	67.70	32.30	75.47	24.53	81.23	18.77	84.36	15.64
Região Norte	35.54	64.46	42.60	57.40	50.23	49.77	57.83	42.17	69.83	30.17	73.53	26.47
Rondônia	43.57	56.43	51.91	48.09	47.59	52.41	58.20	41.80	64.09	35.91	73.55	26.45
Acre	21.22	78.78	27.78	72.22	44.23	55.77	61.85	38.15	66.40	33.60	72.56	27.44
Amazonas	33.23	66.77	42.59	57.41	59.97	40.03	71.42	28.58	74.80	25.20	79.09	20.91
Roraima	43.12	56.88	43.06	56.94	60.50	39.50	64.58	35.42	76.12	23.88	76.55	23.45
<b>AMOC</b>	<b>32.31</b>	<b>67.69</b>	<b>41.00</b>	<b>59.00</b>	<b>55.26</b>	<b>44.74</b>	<b>66.14</b>	<b>33.86</b>	<b>71.05</b>	<b>28.95</b>	<b>76.75</b>	<b>23.25</b>

Fonte dos dados básicos: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Nota-se que todos os estados que compõem a Amazônia Ocidental ainda concentram contingentes populacionais na área rural muito superiores a média nacional em todos os anos.

Dentre os estados da Amazônia Ocidental, para o ano de 2010, o Amazonas é aquele que concentra os maiores contingentes populacionais em área urbana (79%), superior a média para toda a Região Norte (73,53%) e os menores em área rural (20,91%). Noutro extremo, com maiores concentrações populacionais na área rural estão os estados do Acre e Rondônia com 27,44% e 26,45%, respectivamente.

### 3.4 O marco legal da Amazônia Ocidental como promotora de desenvolvimento regional

Em meados de 1953, a legislação brasileira promulga a criação da chamada Amazônia Legal, visando fortalecer e aprimorar o progresso dessa região. Através da Amazônia Legal, surge a Amazônia Ocidental, constituída pelos estados: Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. A criação da Amazônia Ocidental, de forma geral, visa agregar ainda mais valor à Amazônia, criando-se incentivos tributários e alfandegários, gerando estímulos comerciais e sociais para a região, localizando-se ainda neste território a chamada Zona Franca de Manaus.

“Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o

desenvolvimento da região.” (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 2021)

De acordo com Saurin *et al.* (2005) a área da Zona Franca de Manaus, frente aos problemas econômicos que estavam ocorrendo à época, com a derrocada dos mercados de juta e borracha, surge num esforço de retomar e impulsionar o comércio dessa região. Concedendo subsídios fiscais para a balança comercial, bem como benefícios para as áreas comerciais, industriais, agroindustriais e turísticas.

### **3.5 A conduta adotada para o desenvolvimento regional brasileiro**

Historicamente, Brasil possui tentativas de desenvolvimento através da adoção de estratégias e medidas. A tomar como exemplo o Consenso de Washington, que consistiu em: estabilizar preços, estimular investimentos privados e estrangeiros, bem como realizar privatizações, de modo a realizar um estímulo econômico. Medidas como a criação de programas como o Bolsa Família, o Programa de Aceleração ao Crescimento e até mesmo os planos de estabilização monetária, demonstram a função desempenhada pela máquina pública.

As políticas de desenvolvimento local estão intimamente ligadas ao processo de reforma dos arranjos produtivos e da correta locação econômica e política do Estado. De acordo com Silva e Ravena (2015), as regiões onde as tentativas institucionais de planejamento e desenvolvimento tiveram maior sucesso foram: no sul, em municípios da região sudeste e alguns da região nordeste, regiões estas que contavam com organizações democráticas e criativas, com elevado grau de atuação.

Há uma grande discrepância tanto na própria formação territorial das regiões brasileiras - e da região Amazônica - onde predominantemente são regiões de pouca homogeneidade, seja cultural, econômica ou social. De mesmo modo, as estratégias adotadas para a construção e manutenção do desenvolvimento, por muito tempo tiveram em sua base um viés elitizado e excludente, acabando por favorecer a perpetuação dessas desigualdades e, indiretamente, criando uma espécie de círculo vicioso da pobreza.

### **3.6 Breves reflexões sobre o regionalismo brasileiro excludente**

Não recentemente, sempre foi possível observar uma predominância e certa inclinação à concentração de incentivos, políticas e projetos de desenvolvimento voltados para a melhoria e estímulo das regiões sul e sudeste brasileira. De acordo com Lima e Esperidião (2014), há notáveis particularidades em cada região brasileira, com características intrínsecas que ficam evidentes ao analisar dados socioeconômicos, realçando as disparidades produtivas destes espaços. Através dessas diferenças, as atividades devem ser alocadas de

forma a obter os melhores rendimento de recursos e de distribuição dos ganhos decorrentes dessas atividades para a população.

Silva e Ravena (2015) comentam que o crescimento de um ambiente social não se desenvolve através do acúmulo de riquezas, ou por talentos e características intrínsecas dos indivíduos que compõem esse ambiente e nem de suas capacidades. Esse desenvolvimento é, sobretudo, atribuído às instituições e em suas respectivas ações e políticas lançadas sobre esse determinado público, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou educacionais.

As entidades que regem e atendem à sociedade devem não apenas estar voltadas para os deveres fundamentais e básicos da população - como o acesso à saúde, segurança, cultura, educação e lazer. O adequado desempenho da sociedade, bem como seu desenvolvimento, está ligado à capacidade que essas entidades possuem de realizar e garantir políticas que visem a equidade e a valorização de cenários e ambientes produtivos.

A baixa competitividade nacional e internacional da Amazônia, em muito se deve à forma de exploração do capital humano e dos recursos regionais desse território, onde pouquíssimo se pode verificar políticas de fomento que garantam direitos básicos a essa sociedade. O emprego de mão de obra em condições precárias também foi um ponto crucial para que os indivíduos não estivessem estimulados a construir ou pensarem de forma plural para a economia e sociedade como um todo (SILVA; RAVENA, 2015).

### **3.7 As abordagens acerca do estudo locacional**

Por muito tempo a sustentação das teorias econômicas pouco considerava, em seus debates e pesquisas, questões espaciais e regionais. Havia uma relevante concentração de conteúdos voltados à macroeconomia, onde pouco ocorriam investigações envolvendo a temática locacional.

Conforme Lima e Piacenti (2012) mencionam, a questão locacional econômica e populacional era debatida de forma simples frente à relevância que se dava as questões acerca do crescimento e equilíbrio econômico. Todavia, houve uma transformação gradual ao longo do século XX, onde as questões locais e de especialização tomaram proporções de maior teor junto aos debates econômicos. Exponencialmente as medidas e teorias locais ganharam maior relevância ao passo que permitiam uma maior compreensão e identificação de discrepâncias territoriais, evidenciando quais as regiões que precisavam de reparos e ajustes, influenciando assim o desenvolvimento regional (LUSTOZA; ALVES; LIMA JÚNIOR, 2019).

As pautas em torno dos estudos de localização ganharam expressiva notoriedade conforme grandes empresas e instituições notavam uma importante particularidade acerca desses estudos: as teorias locais possuíam e possuem repercussões fundamentais nos gastos produtivos. Possuindo, além disso, impactos no desenvolvimento das atividades econômicas, refletindo em consequências em toda a esfera econômica e social da região

envolvida.

Nessa visão, surgem diversos autores que discutem e contribuem para com as chamadas escolas clássicas e neoclássicas de localização. Cabendo destacar dentre eles: Von Thunen, Walter Christaller, Walter Isard, François Perroux e Douglass North. De forma sucinta:

- **Von Thunen:** Sua teoria teve forte impacto no tocante às relações de custo de transporte e distância de mercados. Consistindo em um modelo onde o centro de um território possui base unicamente agrícola, a produção estará posicionada de forma que quanto menor a distância do mercado, maior será a renda, e menor o custo de transporte, sendo este um centralizador de atividades;
- **Christaller:** A chamada teoria do lugar central, está baseada na utilização de um núcleo, onde este núcleo irá concentrar os bens e serviços ofertados por esta região. Em consequência disso, a distribuição das atividades será dada envolta desta região central, fornecendo insumos, matéria-prima, alimentos e demais artigos, criando uma espécie de hierarquia urbana na organização espacial;
- **Isard:** O autor criou a chamada “Regional Science” que se preocupava em realizar análises urbanas e regionais. Isard realizou uma síntese dos estudos entorno da localização, trazendo tópicos de abordagem geográfica, de transporte, planejamento, economia e entre outros. Como ponto, a região deveria observar também aspectos sociais, demográficos e tecnológicos, não se limitando apenas sob o viés econômico como habitualmente costumava ser observado;
- **Perroux:** A teoria dos polos de crescimento defendida pelo autor, como o próprio nome diz, argumenta que o crescimento terá diferentes graus de intensidade a depender do local onde se situa. Onde o crescimento econômico se manifesta em determinados polos, partindo estes do surgimento de uma ou mais indústrias que gerem impulsos locais e possuam capacidade de inovação;
- **North:** A célebre teoria da base econômica de exportação se apoia na premissa de que há recursos naturais e/ou atividades econômicas, as quais possuem uma maior inclinação à especialização. Com essa maior especialização, o crescimento regional daquele espaço terá como impulsionador e será alcançado através da exportação destes recursos e atividades, onde as regiões estariam se satisfazendo entre si de modo a reduzir suas próprias deficiências de mercado.

Devido a essa e diversas outras contribuições ao debate regional e espacial, a ideia se difundiu e trouxe ganhos não somente para discussões sobre o tema. Bem como serviu como sustentáculo para posteriores publicações, novas ideias e demandas envolta da temática, além de ter importante contribuição para confecção e análise de dados demográficos,

sociais e econômicos, se estendendo até a reflexos e impactos nas políticas públicas e decisões governamentais.

O estudo locacional, seja tendo uma base predominantemente teórica, ou se utilizando de medidas aritméticas de especialização, estrutura, localização ou distribuição, tornam possível tecer afirmações e identificações sobre toda a região estudada. O que torna não apenas abundante o entendimento, como também agrega um enorme valor junto à análise de quem o pesquisa. Possibilitando identificar onde estão concentrados os desfalques regionais e conseqüentemente aplicar medidas que proporcionem maior equidade, desenvolvimento e planejamento para aquela região.

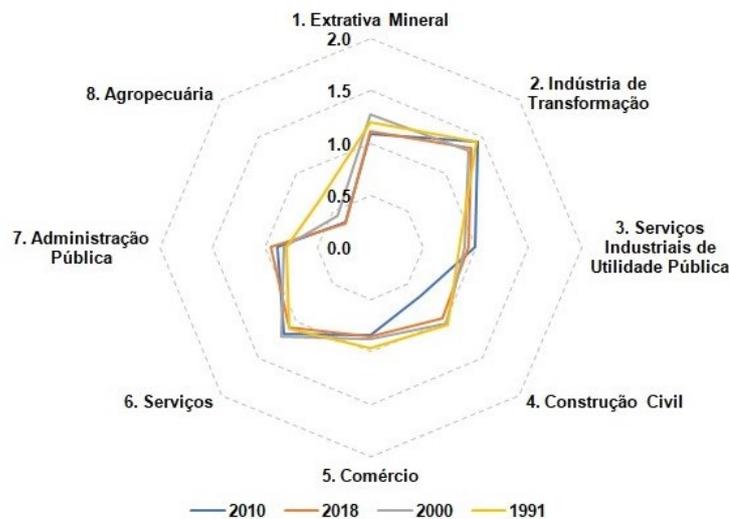
## 4 Resultados

### 4.1 Especialização produtiva dos estados da Amazônia Ocidental Brasileira

Inicialmente, vale destacar os resultados encontrados com a mensuração do quociente locacional (QL) para os setores de atividade econômica do Amazonas, com o intuito de demonstrar a especialização produtiva deste estado em relação à Região da Amazônia Ocidental brasileira. O Gráfico 1 ilustra os índices obtidos para o quociente locacional do estado do Amazonas, nos anos de 1999, 2000, 2010 e 2018, representando as variações ocorridas nos setores dentro desse período de análise.

Nota-se que, em todos os anos analisados, os setores da indústria de transformação, extrativa mineral e de serviços apresentaram os mais elevados níveis de especialização, com  $QL > 1$ , porém o setor da indústria de transformação foi o que apresentou QL mais elevado, acima de 1,30, chegando até 1,43 (1991 e 2010), evidenciando a especialização produtiva do Amazonas nas atividades ligadas a esse setor da indústria.

Gráfico 1 – Quociente Locacional do Setores de atividade do Amazonas, 1991, 2000, 2010 e 2018



Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Tabela 3 – Quociente Locacional do Setores de atividade do Amazonas, 1991, 2000, 2010 e 2018

Setor	Amazonas			
	1991	2000	2010	2018
1. Extrativa Mineral	1.201	1.279	1.090	1.113
2. Indústria de Transformação	1.429	1.308	1.435	1.347
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	0.847	0.892	0.999	0.932
4. Construção Civil	1.039	1.020	0.664	0.966
5. Comércio	0.958	0.876	0.844	0.848
6. Serviços	1.095	1.200	1.164	1.085
7. Administração Pública	0.793	0.826	0.882	0.943
8. Agropecuária	0.663	0.439	0.340	0.328

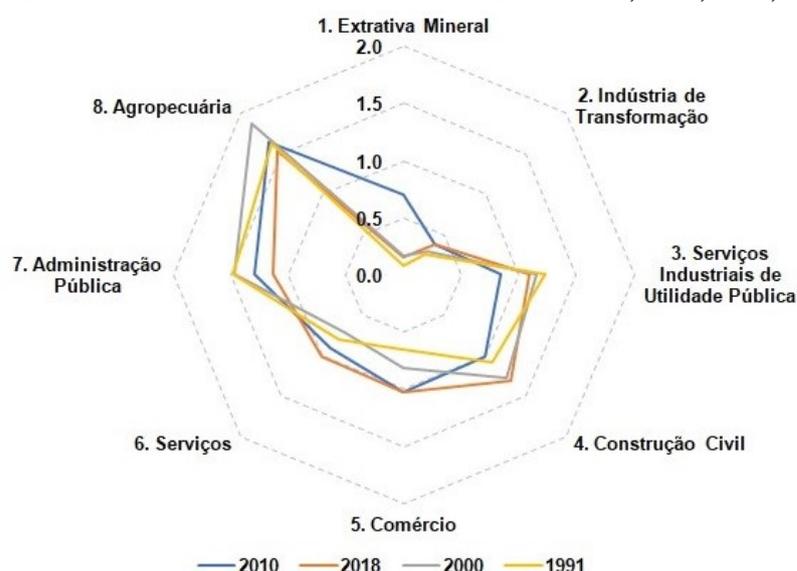
Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

A presença de especialização, também foi identificada nos setores extrativa mineral e de serviços, mas de forma bastante tímida, embora o setor extrativo mineral, após alcançar um índice aproximado de 1,3, em 2000, decresceu seu índice para 1,1, em 2018, ao passo que o de serviços, após sofrer um incremento significativo nos anos de 2000 e 2010 registrou queda considerável e alcançou um índice próximo de 1,1.

Os índices observados ajudam na identificação dos setores mais deprimidos que não apresentaram especialização produtiva, cujos QL são  $< 1$  em todo o período analisado, são eles: serviços industriais de utilidade pública, comércio, administração pública e agropecuária.

Os resultados encontrados com a mensuração do quociente locacional (QL) para os setores de atividade econômica do estado do Acre estão demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Quociente Locacional do Setores de atividade do Acre, 1991, 2000, 2010 e 2018



Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Tabela 4 – Quociente Locacional do Setores de atividade do Acre, 1991, 2000, 2010 e 2018

Setor	Acre			
	1991	2000	2010	2018
1. Extrativa Mineral	0.084	0.162	0.697	0.150
2. Indústria de Transformação	0.262	0.289	0.378	0.383
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.224	1.153	0.847	1.087
4. Construção Civil	1.081	1.267	1.005	1.309
5. Comércio	0.653	0.818	1.022	1.026
6. Serviços	0.795	0.715	0.901	1.008
7. Administração Pública	1.478	1.470	1.295	1.136
8. Agropecuária	1.619	1.867	1.652	1.544

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Para os anos aqui analisados, observou-se que no estado do Acre, o setor da agropecuária é o mais especializado, com QL sempre acima de 1,5. Também foi possível

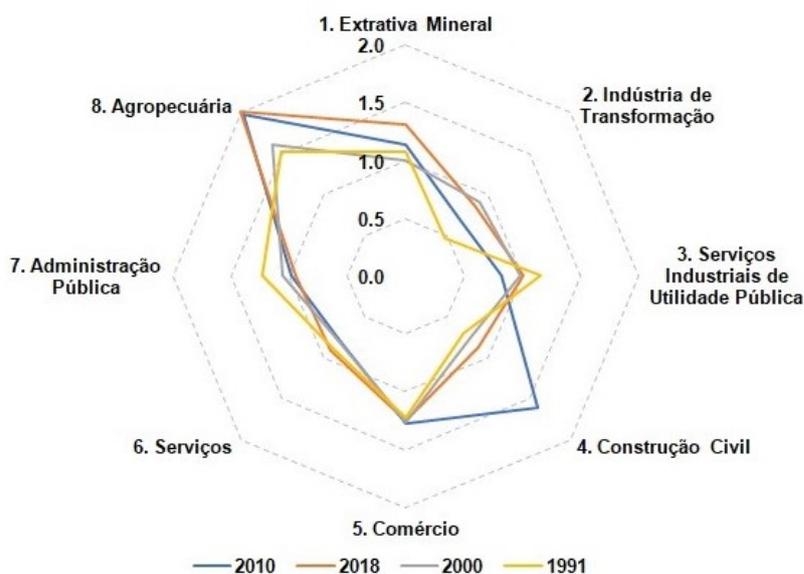
observar especialização na administração pública, construção civil e serviços industriais de utilidade pública ( $QL > 1,0$ ), exceto em 2010 para este último setor.

No setor de administração pública também foi identificada alta especialização em todos os anos analisados, mas evidenciando um arrefecimento dessa especialização nos últimos anos, ao contrário do que se observou para o setor de construção civil que no último ano se mostrou altamente especializado ( $QL = 1,31$ ). Já os setores de comércio e serviços com  $QL$  de 1,03 e 1,01, respectivamente, tiveram a participação no estado igual a participação na região da Amazônia Ocidental como um todo, posto que apresentaram  $QL$  igual a 1.

Noutro extremo, foi possível identificar os setores em que o Acre não possui especialização e que depende de outros mercados para o consumo de produtos provenientes destes setores, como é o caso do setor extrativo mineral e indústria de transformação, cujos quocientes locacionais sempre foram  $< 1$ .

O nível de especialização das atividades produtivas do estado de Rondônia, para os anos de 1991, 2000, 2010 e 2018, pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Quociente Locacional do Setores de atividade de Rondônia, 1991, 2000, 2010 e 2018



Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Dentre os estados que compõem a Amazônia Ocidental, Rondônia é aquele que apresentou o maior nível de especialização da atividade agropecuária em todo o período analisado.

Tabela 5 – Quociente Locacional do Setores de atividade de Rondônia, 1991, 2000, 2010 e 2018

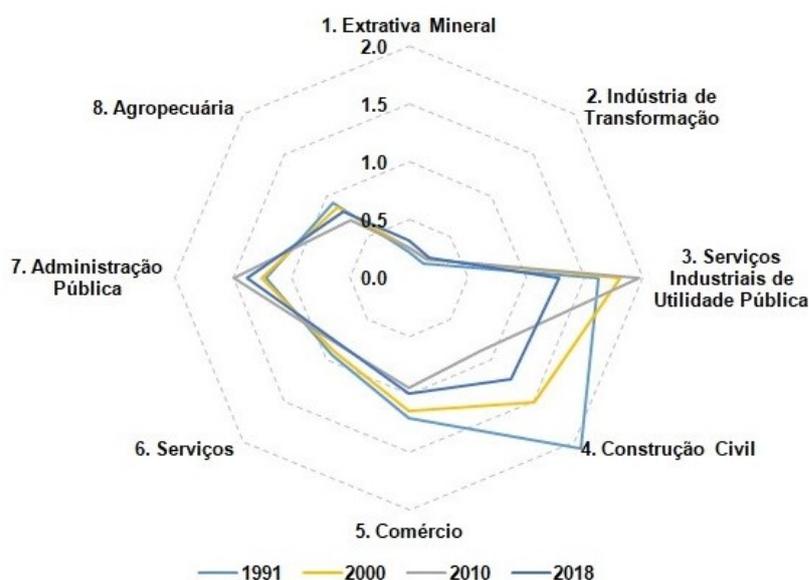
Setor	Rondônia			
	1991	2000	2010	2018
1. Extrativa Mineral	1.072	1.002	1.137	1.317
2. Indústria de Transformação	0.472	0.906	0.670	0.851
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.154	0.984	0.817	1.004
4. Construção Civil	0.702	0.767	1.604	0.878
5. Comércio	1.219	1.261	1.271	1.253
6. Serviços	0.885	0.798	0.798	0.905
7. Administração Pública	1.227	1.055	0.978	0.938
8. Agropecuária	<b>1.513</b>	<b>1.612</b>	<b>1.971</b>	<b>2.004</b>

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

A atividade econômica desse estado é reforçada pela alta especialização das atividades do comércio e extrativas minerais. Enquanto o comércio sempre foi um setor de alta importância para o estado, a atividade extrativa, a partir de 2010, passou a ganhar importância considerável entre os demais setores produtivos e aparece como uma atividade altamente especializada e, em 2018, já se apresenta como a segunda atividade mais importante, depois da agropecuária, para a economia de Rondônia.

Importa destacar as atividades com níveis de especialização precários, dentre elas a indústria de transformação, serviços e construção civil, cujos quocientes locais menores que 1 chamam a atenção para a necessidade de atuação institucional no sentido de incentivar essas atividades. Por fim, também cabe destacar o nível de especialização das atividades produtivas do estado de Roraima, para os anos de 1991, 2000, 2010 e 2018, que pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Quociente Locacional do Setores de atividade de Roraima, 1991, 2000, 2010 e 2018



Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Trata-se de um estado que diferentemente dos demais UFs que compõem a Amazônia Ocidental não apresentou uma regularidade na especialização de uma atividade específica. Em 1991, a atividade de construção civil (QL= 2,08) tinha maior importância entre os demais setores analisados, ao passo que nos anos seguintes, em 2000 e 2010, a atividade de serviços industriais de utilidade pública ocupou melhor nível de especialização. Em 2018, o maior nível de especialização passa a ser observado na administração pública.

Vale destacar que mesmo diante dessas alternâncias a cada ano, ainda assim, foi possível observar que as atividades de serviços industriais de utilidade pública, bem como o de administração pública sempre tiveram  $QL > 1$ , demonstrando a grande importância dessas atividades para a economia local.

**Tabela 6 – Quociente Locacional do Setores de atividade de Roraima, 1991, 2000, 2010 e 2018**

Setor	Roraima			
	1991	2000	2010	2018
1. Extrativa Mineral	0.223	0.257	0.261	0.319
2. Indústria de Transformação	0.174	0.223	0.219	0.250
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.615	<b>1.800</b>	<b>1.962</b>	1.277
4. Construção Civil	<b>2.081</b>	1.516	0.878	1.226
5. Comércio	1.210	1.145	0.950	0.991
6. Serviços	0.928	0.892	0.827	0.819
7. Administração Pública	1.220	1.255	1.486	<b>1.379</b>
8. Agropecuária	0.920	0.864	0.708	0.799

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

Por outro lado, as atividades extrativa mineral, indústria de transformação, serviços e agropecuária, em todos os anos analisados, não possuem nenhum nível de especialização.

## 4.2 Discussão dos resultados

Há uma especificidade marcante em cada um dos estados integrantes da Amazônia Ocidental. Foi possível observar que o Amazonas, estado mais populoso da região, é também o mais especializado no setor de indústria de transformação. No caso deste estado, o fator determinante para a consolidação desse setor foi a criação da Zona Franca de Manaus em 1969 e manutenção de seus incentivos fiscais que permitiram, até então, a manutenção dos níveis de emprego do setor. É importante destacar que o modelo ZFM, criado sob as orientações das teses de Perroux, de criação de polos de irradiação do crescimento econômico, ao longo dos 50 anos de sua existência se manteve concentrando a especialização setorial na capital do Amazonas.

Os estados de Rondônia e Acre se consolidaram com maiores especializações na atividade agropecuária, com elevação constante do nível de especialização para o estado de Rondônia e decréscimo constante, nos últimos anos, da especialização observada neste setor no estado do Acre. É possível que a distância e a precária infraestrutura presente neste estado responda por esses declínios ao passo que a melhor localização e infraestrutura

de Rondônia tenha propiciado avanços deste setor agropecuário com destaque para as cidades de Ariquemes e Cacoal, maiores produtoras de carne bovina e bastante conectadas com o estado de Mato Grosso, integrante do cinturão agrícola de soja e gado. Também deve-se ressaltar que estes dois estados mantêm condições propícias para esse tipo de especialização produtiva, em vista de fatores demográficos como observado anteriormente que eles ainda perduram com maiores volumes de contingentes populacionais na área rural.

Os resultados apresentados apontam para os estados do Amazonas e Rondônia como aqueles que dão dinamismo à Amazônia Ocidental pela dinâmica econômica observada por meio da especialização em atividades diversificadas. Isto foi possível observar no Amazonas com os setores da indústria de transformação, extrativa mineral e de serviços e em Rondônia com as atividades de agropecuária e atividades do comércio e extrativas minerais, cujos quocientes locais identificados foram bastante elevados.

De todo modo, apesar de muitos estudos evidenciarem a eficácia desse indicador, também, há uma farta coleção de estudos que tecem algumas considerações sobre as formas de interpretá-lo. Crocco *et al.* (2006) chama a atenção para a aplicação do QL com cautela, sobretudo para análise de regiões com grandes disparidades regionais, em vista de que a interpretação dos resultados deve sempre levar em conta as características da economia que está sendo considerada como referência. Para o autor, ao colocar o Brasil como referência e sabendo que trata-se de um país de enormes disparidades regionais, nesse caso, pode-se esperar “que um número enorme de setores em diferentes cidades vai apresentar acima de 1, sem que isso signifique especialização produtiva, mas, sim, de diferenciação produtiva”.

Ainda, Santana e Soares (2018) destacam que, uma vez utilizada a classificação de atividades produtivas por setores, de forma mais agregada, o detalhamento dos ramos de atividade representativos para a economia local/regional fica comprometido, em decorrência desse agrupamento que mescla os efeitos das partes no todo.

## 5 Conclusão

A partir das inferências e observações obtidas através do estudo locacional, é possível obter uma enorme gama de informações, resultados e reflexões entorno desta rica temática. Os indicadores de especialização, distribuição, concentração e estruturação são medidas chave para a execução destes estudos, sendo alicerces ao pesquisador para compreensão e reconhecimento de disparidades espaciais.

Este projeto possuiu o objetivo principal de realizar uma análise locacional das atividades econômicas concentradas na Amazônia Ocidental, durante o período de 1990 a 2019, em razão de ser um período que permite tanto observar a conjuntura produtiva no final do século passado quanto nos tempos atuais.

Assim sendo, o estudo direcionou-se a identificar a evolução da mão de obra utilizada nos setores desta economia, analisando a distribuição do emprego entre os estados que compõem a Amazônia Ocidental. Através dessas análises, foi possível identificar o nível de expressão que cada atividade econômica possui na região de estudo, utilizando-se do cálculo do Quociente Locacional em cada período.

Em busca de responder a questões que permitem visualizar a distribuição e relevância de cada setor, individualmente, para a região, além de distinguir quais são as atividades de maior representação na mesma, foi possível perceber que embora todas as atividades econômicas possuam relevância como um todo, há regiões com maior especialização em um setor, com um padrão de especialização mesmo ao longo de três décadas.

Podendo-se afirmar que na região do Acre, o setor de maior especialização é o da Agropecuária, bem como no estado de Rondônia - neste segundo sendo ainda mais especializado durante as duas últimas décadas. Em Roraima, Serviços Industriais de Utilidade Pública foi o setor que, ao longo de 1991 a 2019, permaneceu com domínio de forma mais expressiva. No Amazonas, embora as atividades Serviços e Extrativa Mineral tenham demonstrado relevante grau especialista, o setor mais representativo foi o de Indústria da Transformação.

Para pesquisas posteriores, recomenda-se abranger os subsetores para melhor identificação e aprofundamento dos potenciais produtivos da região, recomendando-se também incorporar elementos como renda per capita, índice de desenvolvimento humano e índice de gini, oportunizando através desses visualizar aspectos de bem-estar econômico e social, estes tão importantes no contexto atual.

## Referências

- BRASIL. Decreto-Lei Nº 291, de 28 de fevereiro de 1967. **Casa Civil**, Brasília, p. 1 – 5, 1967.
- BREITBACH, A. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96 p.
- CASTRO, E. M. R. de; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2015. 640 p. (Coleção Formação Regional da Amazônia).
- CROCCO, M. A. *et al.* Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, Belo Horizonte. 16 (2), p. 211 – 241, maio-agosto 2006.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população publicadas no DOU**. 2020. Tabelas de estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 17 jun 2021.
- LIMA, J. F. de; PIACENTI, C. A. (org.). **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Editora Camões, 2012. 132 p.
- LIMA, J. K. M.; ESPERIDIÃO, F. Uma análise dos Quocientes Locacionais das regiões brasileiras nos anos 1991, 2000 e 2010. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista - BA, n. 18, p. 175 – 196, 2014.
- LUSTOZA, N. P.; ALVES, D. F.; LIMA JÚNIOR, F. de O' de. Dinâmica Locacional da Estrutura Produtiva nas Mesorregiões do Ceará nos anos de 2005 e 2015. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 77 – 93, 2019. ISSN 2237-9029.
- SANTANA, A. S. de; SOARES, N. S. Análise dos indicadores de base econômica, especialização produtiva e multiplicador de emprego da Bahia em relação ao nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 23 – 34, julho-setembro 2018.
- SAURIN, G. *et al.* Análise Regional do Município de Manaus-AM: Um estudo sobre o comportamento do emprego nos anos de 1985 a 2000. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 6, n. 1, p. 113 – 130, Junho 2005.
- SILVA, F. C. da; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2015. 608 p. (Coleção Formação Regional da Amazônia).
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Legislação da Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

## **Anexos**

Tabela 7 – QL por setor, região e ano.

Setor	Acre						Amazonas						Rondônia						Roraima								
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		1991		2000		2010		1991		2000		2010		2018		
1. Extrativa Mineral	0,084131	0,161588	0,697059	0,149972	1,200565	1,279110	1,089618	1,112915	1,072322	1,002091	1,137433	1,316678	0,222591	0,257285	0,261437	0,319056											
2. Indústria de Transformação	0,261817	0,289426	0,378329	0,383469	1,429196	1,307783	1,434775	1,347214	0,471920	0,906200	0,670314	0,850670	0,174349	0,222734	0,218806	0,250343											
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,223602	1,153087	0,847433	1,087122	0,847436	0,891887	0,999086	0,932071	1,154201	0,983997	0,816764	1,003947	1,614589	1,799957	1,961583	1,277146											
4. Construção Civil	1,081242	1,267162	1,005063	1,309008	1,039069	1,020388	0,663781	0,966446	0,701561	0,767084	1,603835	0,878199	2,081176	1,515769	0,878067	1,226352											
5. Comércio	0,652596	0,818187	1,021685	1,026035	0,958230	0,876261	0,844340	0,847719	1,219488	1,260633	1,271193	1,252842	1,210012	1,144707	0,949638	0,991043											
6. Serviços	0,794521	0,715191	0,901277	1,007777	1,094962	1,200062	1,163612	1,084509	0,884524	0,798121	0,797890	0,905223	0,928222	0,892241	0,827348	0,818559											
7. Administração Pública	1,478287	1,470412	1,294758	1,135719	0,793419	0,826326	0,881532	0,942873	1,226975	1,055043	0,977603	0,938385	1,220100	1,255185	1,485867	1,378562											
8. Agropecuária	1,619244	1,867248	1,651817	1,544128	0,662658	0,438742	0,340202	0,328101	1,513204	1,612147	1,970679	2,003890	0,920046	0,863630	0,707861	0,799468											

LEGENDA	
	> 1,5
	1,5 > 1,0

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

**Tabela 8 – Média do estoque de emprego no triênio 1990, 1991 e 1992.**

Setor	Acre Total	Amazonas Total	Rondônia Total	Roraima Total	Amazonia Ocidental Total
1. Extrativa Mineral	27	1995	771	25	2819
2. Indústria de Transformação	2174	60913	8708	511	72305
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1505	5350	3155	701	10711
4. Construção Civil	1613	7954	2325	1095	12986
5. Comércio	3200	24113	13286	2093	42691
6. Serviços	7108	50275	17583	2929	77895
7. Administração Pública	29307	80731	54050	8532	172621
8. Agropecuária	235	493	487	47	1261
<b>TOTAL</b>	<b>45168</b>	<b>231824</b>	<b>100365</b>	<b>15933</b>	<b>393290</b>

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

**Tabela 9 – Média do estoque de emprego no triênio 1999, 2000 e 2001.**

Setor	Acre Total	Amazonas Total	Rondônia Total	Roraima Total	Amazonia Ocidental Total
1. Extrativa Mineral	34	1095	507	22	1657
2. Indústria de Transformação	2757	50675	20745	862	75040
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	863	2716	1770	548	5897
4. Construção Civil	2521	8256	3667	1225	15668
5. Comércio	7747	33746	28682	4405	74580
6. Serviços	10279	70151	27564	5211	113206
7. Administração Pública	35827	81888	61771	12428	191914
8. Agropecuária	1406	1344	2918	264	5932
<b>TOTAL</b>	<b>61434</b>	<b>249870</b>	<b>147624</b>	<b>24966</b>	<b>483894</b>

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

**Tabela 10 – Média do estoque de emprego no triênio 2009, 2010 e 2011.**

Setor	Acre Total	Amazonas Total	Rondônia Total	Roraima Total	Amazonia Ocidental Total
1. Extrativa Mineral	251	1895	1156	66	3368
2. Indústria de Transformação	6578	120493	32897	2667	162635
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1019	5802	2772	1654	11247
4. Construção Civil	8341	26605	37566	5109	77620
5. Comércio	20140	80387	70725	13124	184376
6. Serviços	23910	149094	59744	15388	248136
7. Administração Pública	52834	173738	112594	42509	381674
8. Agropecuária	3101	3085	10442	932	17559
<b>TOTAL</b>	<b>116174</b>	<b>561098</b>	<b>327896</b>	<b>81448</b>	<b>1086615</b>

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS

**Tabela 11 – Média do estoque de emprego no triênio 2017, 2018 e 2019.**

Setor	Acre Total	Amazonas Total	Rondônia Total	Roraima Total	Amazonia Ocidental Total
1. Extrativa Mineral	55	1879	1303	91	3328
2. Indústria de Transformação	5977	97284	35999	3053	142314
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública	1626	6458	4077	1495	13656
4. Construção Civil	5517	18869	10048	4044	38477
5. Comércio	25228	96561	83631	19067	224487
6. Serviços	33790	168458	82402	21475	306125
7. Administração Pública	52111	200420	116894	49493	418918
8. Agropecuária	3857	3797	13590	1563	22807
<b>TOTAL</b>	<b>128161</b>	<b>593726</b>	<b>347944</b>	<b>100281</b>	<b>1170113</b>

Fonte dos dados básicos: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS